

cc, 5
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. II



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978-1979

rien richtige Elemente enthalten waren. Dies gilt zumal in Krisenzeiten, wo ihnen wesentliche Aufgaben zufallen, die sonst dem Oberhaupt reserviert sind».

A terminar U. Horst apresenta um apanhado geral da evolução da questão da infalibilidade e da autoridade do papa até ao Concílio Vaticano I, insistindo bastante nas teses reformadoras e galicanas. E conclui com as seguintes palavras que elucidam o leitor acerca das semelhanças existentes entre os autores estudados na sua obra e o Vaticano I: «Dass zwischen den von uns behandelten Autoren und dem I. Vaticanum erstaunliche Parallelen existieren, die hier mehr angedeutet als aufgewiesen wurden, liegt sicher zunächst darin begründet, dass jenes Konzil ein Ereignis der Dogmengeschichte war, in dem viele Strömungen der Vergangenheit in einem Masse zusammentrafen, wie man das früher nicht vermutet hatte. Es ist aber auch der gemeinsame Hintergrund zu berücksichtigen, den man am besten als Abwehrhaltung kennzeichnet. Bei aller Vielfalt, die wir im einzelnen beschrieben haben, ist doch aufs Ganze gesehen dies zu sagen: Selbst die vorreformatorischen Autoren waren — wie ihre Nachfolger in den beiden kommenden Jahrhunderten — zunächst Kontroverstheologen. Sie mussten, um die Strukturen der Kirche gegen den Konziliarismus in all seinen vergangen und gegenwärtigen Schattierungen zu sichern, mit Gegnern ringen, die ihnen weithin das Gesetz des Handelns aufnötigen. Dass sie in diesem Kampf siegreich blieben und ihrer ekklesiologischen Konzeption eine Dynamik verliehen, die über zwei Jahrhunderte wirksam blieb, macht ihre Grösse aus, die gleichzeitig ihre Grenze ist».

Diremos em conclusão que se trata de uma obra muito útil e fundamental, que os historiadores da teologia e o público culto não poderão ignorar, elaborada com rigoroso sentido crítico e uma metodologia precisa e objectiva. Felicitamos, pois, Ulrich Horst por mais esta publicação que vem enriquecer o seu já tão valioso «curriculum» e auguramos-lhe uma frutuosa continuação das suas investigações que muito contribuirão, certamente, como sucede nesta, para um melhor conhecimento da cultura portuguesa no domínio da história da teologia.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

JOÃO MANUEL ESTEVES PEREIRA — Subsídios para a história da indústria portuguesa. Com um ensaio económico-social sobre as corporações e os mesteres, por Carlos da Fonseca, Lisboa, Guimarães & C.^a, Editores, 1979, 190 pp.

A colectânea a que fazemos agora referência continua o labor da divulgação do pensamento económico português, oportunamente iniciada com os *Economistas Portugueses*, de José Frederico Laranjo. É também Carlos da Fonseca quem introduz os textos antologiadados, antecedendo-os de um significativo ensaio sobre as corporações e os mesteres, no enquadramento de duas forças contraditórias: a tra-

dição e a modernidade, inerentes ao processo de industrialização nacional, sucessivamente retardada.

João Manuel Esteves Pereira (1872-1944) ensaia, entre nós, na revista «O Ocidente», em 1900, um esboço de estudo da evolução histórica do sector secundário, dando-lhe o título de *Progressos da indústria portuguesa desde os primeiros tempos da monarquia até às invasões francesas*, o que representa para o enfoque do liberalismo económico oitocentista, preocupação paralela à *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa, considerada desde o tempo dos romanos até ao presente* (1815), de José Veríssimo Álvares da Silva, para a afirmação teórica fisiocrática. Mas é importante, também, o estudo de J. M. Esteves Pereira, *Sobre as corporações operárias em Portugal*, de 1900 ainda, e a que o responsável pela edição, pela análise introdutória que faz, dá leitura mais compreensiva e situada. O terceiro e último estudo escolhido para a presente recolha intitula-se *A Covilhã e a indústria de lanifícios* (1897), que denota a preocupação «industrialista» dos anos 90 de Oitocentos.

Com o estudo *Ensaio económico e social sobre as corporações e mesteres*, Carlos da Fonseca amplia, de facto, a tentativa histórica de Esteves Pereira, no que respeita ao conteúdo dos textos escolhidos. Para esse alargamento de horizonte discriminou o autor o tipo de actuação real das corporações de ofícios, ao longo do tempo, dando-nos pelo cuidado da análise linhas definidoras de uma história do trabalho e de uma história do salário. É importante, ainda, pelo contributo metodológico que nos traz, o esforço na desmontagem da «harmonia corporativa», tal como neste século, sobretudo, nos foi apresentada. São aspectos muito salientes, nesta ordem de estudo, a atenção dada ao trabalho clandestino (isto é, marginal ao enquadramento estritamente corporativo) e a distância verificada entre as reais possibilidades económicas e sociais do mundo das corporações de ofícios e os seus entraves internos (por exemplo, uma crescente burocratização) e externos (nomeadamente, a influência do estado absolutista). Mesmo sem a aspiração a uma explicação definitiva destes e de outros fenómenos, como o autor confessa, não podemos deixar de saudar o esforço de inovação, em campos sempre muito pouco estudados e que na historiografia que em Portugal lhes foi destinada, nos últimos decénios, frequentemente se perderam em conceptualizações e posicionamentos pouco objectivos.

A última parte do estudo versa sobre a resistência à inovação, no campo do arranque industrial, a par com medidas de intenção reformadora. Tal intento detêm o autor, particularmente, na época pombalina, constatando um eixo pedagógico de transformação que, recorrentemente, se viu prejudicado e em menor grau defendido. Essa pedagogia, que encontra um particular eco nos escritos dos fisiocratas, não parece ter interessado muito o autor. Mas, não obstante tal reserva, retém a denúncia feita por Vilanova Portugal quanto à rigidez de mercados, aos privilégios de compra, às almoçarias, aos terços, à sobrecarga fiscal decorrente de licenças, terrados, portagens e sisas. E à tradição bloqueadora que aqui nos é indiciada, junta-se, para o autor, em reforço de tese, a estreiteza corporativa, num conjunto de forças contraditórias que vieram a ser confluentes na época de charneira que é o pombalismo. Nesse momento de Setecentos, de facto, a burguesia nacional (mesmo que musculada pela importação de novos fabricos e fabricantes) não se desamarrou da mentalidade mercantil maioritária (podemos dizer macrocéfala) o que, em grande medida, veio a fazer recair sobre o Estado (no auge das

suas possibilidades teóricas de um absolutismo racionalista) o papel condicionador, director e obstaculizador também, por indistinção político-sociológica. Nesse aspecto, parecem-nos correctas as palavras com que Carlos da Fonseca encerra o seu estudo: «Não se improvisam industriais, sobretudo se os pretendentes são agentes da tirania do capital comercial».

Esperemos, portanto, que os dois tomos da Biblioteca de Economistas tenham a continuidade desejável e se atenda, também, à urgente necessidade da publicação de inéditos, de molde a criar um corpo textual para a investigação, sem descurar o papel eminentemente pedagógico que os textos portugueses de *res æconomica* têm a desempenhar.

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

JOSÉ FREDERICO LARANJO — Economistas Portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal. Prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Guimarães & C.^a, Editores, 1976, 132 pp.

Com prefácio e notas de Carlos da Fonseca, apareceram, em 1976, reunidos em volume, os artigos que José Frederico Laranjo publicou em «O Instituto», entre 1881 e 1884, sobre alguns economistas portugueses.

A apresentação do lente de Economia Política compõe-se, além de notas sobre o autor, de um esquema diacrónico e sincrónico da história das doutrinas económicas em Portugal, que, embora discutível na sua arrumação, ganha importância pela possibilidade de assim se proceder a um útil estudo comparativo.

Carlos da Fonseca chama a atenção no seu estudo introdutório para o facto de Frederico Laranjo (1846-1910) fundar, entre nós, os estudos de história do pensamento económico, na linha de um apelo que entronca em José Ferreira Borges. Mas, quanto a isso, parece-nos que Ferreira Borges, prolonga apenas um outro aspecto que não é, necessariamente ainda, o de uma história da economia, do processo económico liberal, mas sim o fenómeno mais enraizado da consciência científica do económico, da economia política como disciplina axial. E quanto a este aspecto o problema é em Portugal, anterior a José Ferreira Borges.

Manifestou-se em preocupação, em 1789, aquando da polémica do Novo Código, depois mais intensamente de 1879 a 1815 na *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa*, em 1803 com as *Memórias Políticas* de Joaquim José Rodrigues de Brito, e no ciclo vintista, com activa promoção legislativa. E, no que concerne aos fisiocratas da Academia, achamos talvez exagerado escrever que «a persistência das relações pré-capitalistas durante o século XVIII e primeira metade do século XIX, limitaram os horizontes teóricos dos economistas portugueses, geralmente incapazes de originalidade, de inovação doutrinal, balbuciando tímidas propostas de «regeneração económica», ou desembocando num empirismo tecni-